

# **INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA DA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE A FUNÇÃO E ATUAÇÃO DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

**BRUNO VINÍCIUS RAMOS FERNANDES**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**DIOGO HENRIQUE SILVA DE LIMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**EDUARDO TADEU VIEIRA**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**JORGE KATSUMI NIYAMA**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## **RESUMO**

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a percepção dos docentes que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil em relação a função e atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os resultados estão baseados na percepção de 190 professores sobre a função do CPC e sua atuação (Estudo I) e sobre a importância do CPC para a profissão contábil (Estudo II). No tocante ao Estudo I grande parte dos docentes reconhece o CPC como a entidade de classe responsável pela convergência no país, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da informação contábil. A avaliação do órgão foi considerada boa, realizando um bom trabalho rumo a convergência. Os docentes não concordam que o Comitê simplesmente traduz as normas internacionais. Todavia, não existe consenso entre os professores em relação ao fato de que a velocidade com que as normas são publicadas pode estar prejudicando as discussões sobre a convergência. Finalmente, o Estudo II mostrou que a maior parte dos docentes concorda que o órgão permite maior participação da classe contábil na elaboração de padrões de contabilidade, o que irá fortalecer a classe contábil, atribuindo-lhe autoridade substantiva.

Palavras-Chaves: Normas Contábeis; Comitê de Pronunciamentos Contábeis; Docentes

## **1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a contabilidade mundial tem passado por mudanças estruturais que farão com que todas as pessoas envolvidas com esta ciência mudem suas concepções e ampliem seus conhecimentos sobre o tema. A necessidade da mobilidade de investimentos para o sistema capitalista, buscando melhores alternativas de ganhos, exigiu da ciência contábil uma busca por um padrão único, visando a comparabilidade de Demonstrações Financeiras de empresas com atuação em diferentes países e estas por sua vez a captação de recursos nos diversos mercados de capitais. Em função destas necessidades o IASB -

*International Accounting Standards Board*, que teve como antecessor o IASC (1973-2001), tornou-se o organismo referência na elaboração de padrões contábeis a nível internacional.

Face a esta nova realidade o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, na tentativa de acompanhar a tendência mundial, criou no dia sete de outubro de 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com o objetivo de centralizar a elaboração de padrões contábeis no Brasil e convergi-los ao padrão internacional do IASB.

Desde sua criação até o início de 2010, o CPC já editou 43 pronunciamentos técnicos, todos convergentes as normais internacionais, conseguindo uma média de aproximadamente 11 pronunciamentos/ano. Desta forma, algumas questões começam a surgir em relação à rapidez com que este processo tem acontecido no Brasil.

A estrutura da educação contábil no Brasil ainda é embrionária como afirma Niyama (2005, p. 04):

*“Primeiramente, porque ainda convivemos como duas categorias de profissionais (contador e técnico em contabilidade), o que é raro, diga-se de passagem, em outros países. Em segundo lugar, porque ainda prevalece o entendimento pela sociedade de que o contador é o responsável pela escrituração, e principalmente pelo Imposto de Renda. Em terceiro lugar, porque os cursos de mestrado e doutorado em contabilidade não chegam a absorver nem 1% dos graduados em contabilidade, o que nos leva a conclusão de que o bacharelado é praticamente “o fim” da linha para estudantes de ciências contábeis.”*

Com todas estas dificuldades da educação contábil no Brasil e a rapidez com que está acontecendo o processo de convergência internacional, fica uma dúvida em relação à reação dos professores frente a esta nova necessidade. Desta forma, este trabalho tem como principal objetivo analisar a percepção dos docentes brasileiros em relação ao atual processo de convergência internacional, a função e atuação do CPC como organismo criado para este fim aqui no Brasil.

## **2 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC**

O CPC foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, e tem como objetivo: *"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais"*.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades: ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado e Capitais; BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo; CFC - Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; e FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, em função das necessidades de:

- i. convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- ii. centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);

iii. representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

O CPC veio preencher o vazio que existia no Brasil, quanto à centralização da normatização contábil convergente as normas internacionais, por suas características básicas pode-se descrever a autonomia em relação às entidades representadas, deliberando por 2/3 de seus membros; a estrutura necessária para seu funcionamento é fornecida pelo Conselho Federal de Contabilidade, seis entidades compõem o CPC, mas outras poderão vir a ser convidadas futuramente; os membros do CPC, dois por entidade, na maioria Contadores, não auferem remuneração.

Além dos membros atuais, serão sempre convidados a participar representantes do Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Secretaria da Receita Federal; Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Outras entidades ou especialistas poderão ser convidados. Poderão ser formadas Comissões e Grupos de Trabalho para temas específicos. O CPC emite Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações. Os Pronunciamentos Técnicos serão obrigatoriamente submetidos a audiências públicas. As Orientações e Interpretações poderão, também, sofrer esse processo.

Quanto a estrutura, a assembléia dos Presidentes das Entidades elegem os membros do CPC (representantes das seis entidades), com mandatos de quatro anos (exceto metade dos primeiros membros, com dois anos). Podem, por 3/4 de seus membros, indicar outros membros do CPC e alterar o Regimento Interno. O CPC é dividido em quatro coordenadorias: operações, relações institucionais, relações internacionais e técnica.

Segundo a resolução 1.055/05 a crescente importância da internacionalização das normas contábeis vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência:

- a) a redução de riscos nos investimentos internacionais (quer os sob a forma de empréstimo financeiro quer os sob a forma de participação societária), bem como os créditos de natureza comercial, redução de riscos essa derivada de um melhor entendimento das demonstrações contábeis elaboradas pelos diversos países por parte dos investidores, financiadores e fornecedores de crédito;
- b) a maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea;
- c) a redução do custo do capital que deriva dessa harmonização, o que no caso é de interesse, particularmente, vital para o Brasil;

De acordo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/05, a importância crescente da Contabilidade levou à tendência mundial de se contar, no processo de emissão de pronunciamentos contábeis, com a participação não só dos Contadores preparadores das informações dessa natureza e dos seus Auditores Independentes, mas também com a dos usuários dessas informações, como os profissionais de investimentos e órgãos reguladores, dos que fiscalizam esse processo e dos que pesquisam e estudam, academicamente, a Ciência Contábil. Neste contexto a importância do CPC para a contabilidade brasileira fica evidente, uma vez que irá consolidar conhecimentos e necessidades de todos os envolvidos com a Ciência Contábil na elaboração de seus pronunciamentos técnicos, convergindo as normas internacionais. Espera-se também que com a atuação do CPC, a confiabilidade nas Demonstrações Contábeis por toda a sociedade interessada torne-se maior, pois, será a entidade responsável pelo preparo, emissão e divulgação das regras que as regem.

A tendência da grande maioria dos países desenvolvidos e dos países emergentes é a adoção de uma entidade única, com a participação de todos os interessados na informação contábil, inclusive sendo esse o modelo adotado pelos órgãos internacionais de maior relevância no mundo de hoje, como o IASB – *International Accounting Standards Board*. O funcionamento é similar ao que acontece nos Estados Unidos, o FASB – *Financial Accounting Standards Board*, elabora os pronunciamentos técnicos conhecidos como *SFAS - Statement of Financial Accounting Standards*, estes por sua vez são adotados por órgãos normativos como a SEC – *Securities and Exchange Commission*, obrigando as empresas a seguirem as normas. No Brasil algumas dessas entidades, de natureza regulatória governamental, vêm demonstrando seu interesse em se beneficiar do processo de elaboração desses pronunciamentos, para posterior deliberação em suas áreas de competência. (Resolução CFC 1.055/05)

Com a criação do CPC, passou a existir uma nova estrutura quanto à elaboração de pronunciamentos contábeis no Brasil, houve a centralização destes, com a ampliação da participação na elaboração dos padrões de diversos setores envolvidos com a contabilidade, desde a academia até os usuários da informação, com o objetivo de convergência as normas internacionais do IASB. Esta foi uma mudança inevitável, uma vez que é um processo global, e o país que não seguiu-o terá sérios problemas com captação de recursos estrangeiros para investimento provocado pela falta de qualidade e comparabilidade da informação contábil.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo está embasado nas respostas de docentes dos cursos de graduação de Ciências Contábeis do Brasil. Para coleta de dados utilizou-se de um questionário composto de afirmações e questões simples e objetivas. Aos respondentes foi dada a opção de não identificação. O questionário foi elaborado de forma a alcançar três objetivos específicos: (1) Traçar o perfil dos respondentes; (2) Avaliar a percepção dos docentes quanto a função do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e sua atuação - CPC (Questões 1 e 2 e Afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5) – *Estudo I*; e (3) Diagnosticar a percepção dos docentes quanto a importância do CPC para a profissão contábil (Afirmativas 6, 7 e 8) - *Estudo II*.

Buscou-se aplicar o maior número de questionários possíveis. Para isso foram enviados e-mails a coordenadores e professores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis de todo o país, no período de 15 de dezembro de 2009 a 9 de janeiro de 2010. O cadastro base utilizado foi o do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP onde constavam os 1.181 cursos superiores de Ciências Contábeis autorizados a funcionar pelo Ministério da Educação em 23 de novembro de 2009. Além destes foi enviado e-mail aos coordenadores dos 19 programas de pós-graduação em Ciências Contábeis recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) conforme relação obtida no site <http://www.capes.gov.br>. No total, foram enviados 1.500 e-mail. 195 questionários retornaram o que corresponde a uma amostra de 13%. Das respostas obtidas, cinco foram excluídas por não se adequarem as exigências da pesquisa: 3 respondentes não lecionavam e 2 tinham outra formação não detendo o conhecimento necessário para responder ao questionário.

Para a análise dos dados recorreu-se a estatística descritiva. A análise dos dados também procurou verificar, através da estatística qui-quadrado de *Pearson* (Teste  $\chi^2$ ), se variáveis como região, titulação (*proxy* para conhecimento), idade (*proxy* para experiência e conhecimento), gênero (masculino ou feminino), tipo de instituição que trabalha, disciplina que leciona, ou o fato de se dedicar exclusivamente ao ensino (DE) ou ter outra profissão – influenciam nos padrões de respostas observados.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Perfil dos Respondentes

A pesquisa foi realizada com 190 professores, sendo 54 (28,4%) do Nordeste; 53 (27,9%) do Sudeste; 42 (22,1%) da região Sul; 31 (16,3%) do Centro-Oeste; e 10 (5,3%) profissionais da região Norte. Do total de respondentes, 10% (19 professores) são doutores, 21,1% (42) são especialistas; e 2,1% (4) possuem apenas a graduação. A grande maioria (65,8% ou 125 docentes) possui, como maior titulação, o mestrado. 78 docentes (41,1%) assinalaram como principal instituição que ensinam a pública, enquanto 112 (58,9%) responderam que lecionam principalmente em instituições privadas.

Dentre os professores que responderam a pesquisa, 182 (95,8%) se formaram em Ciências Contábeis; e 8 (4,2%) em Administração, mas lecionam disciplinas da área contábil como custos, comercial, contabilidade pública, contabilidade internacional, etc. A maioria dos professores analisados (104 ou 54,7%) acumula outras funções além da docência. 86 respondentes (45,3%) afirmaram dedicar-se exclusivamente ao ensino da Contabilidade.

As principais disciplinas lecionadas pelos professores respondentes foram agrupadas para melhor análise dos dados. Assim, tem-se 6 grupos. *Auditoria e Perícia* (13 professores); *Finanças* (12); *Financeira* (63 docentes) – considerou-se nesse grupo as disciplinas de Contabilidade Básica, Intermediária, Avançada, Laboratório, Análise das Demonstrações Contábeis e equivalentes como Comercial e Geral; *Gerencial* (44) - as disciplinas de Contabilidade de Custos e Controladoria; *Teoria* (27) as de Teoria da Contabilidade, Contabilidade Internacional e Tópicos Contemporâneos em Contabilidade. No grupo *Outras* (28) foram alocadas disciplinas mais específicas e, por isso, menos citadas. Complementando a caracterização dos sujeitos da pesquisa, a tabela 1 evidencia a classificação dos participantes da pesquisa quanto a faixa etária e o gênero.

Tabela 1: Perfil dos Respondentes – Faixa Etária e Gênero

Faixa Etária	Gênero				Total	
	Feminino	%	Masculino	%	Frequência	%
20 a 30 anos	11	39,3	17	60,7	28	14,7
31 a 40 anos	19	30,2	44	69,8	63	33,2
41 a 50 anos	14	23,7	45	76,3	59	31,1
Acima de 51	8	20	32	80	40	21,1
Total	52	27,4	138	72,6	190	100

### 4.2 Estudo I: Análise da Percepção dos Docentes quanto à Função do CPC e sua Atuação

#### 4.2.1 Grau de Conhecimento sobre o CPC

A primeira questão a ser analisada no Estudo I refere-se a uma auto-avaliação dos docentes quanto o seu conhecimento sobre o CPC. Para isso questionou-se: *considerando uma escala de 0 (nenhum conhecimento) a 10 (conhecimento pleno), como você avalia seu conhecimento sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), seus pronunciamentos técnicos e o processo de convergência internacional?* (Questão 1 - Q1). A análise geral e detalhada por região das notas atribuídas pode ser visualizado na tabela 2.

Tabela 2: Sumário Estatístico da Questão 1 – Análise Geral e por Região

Região		Questão 1				
		0 a 4,9	5 a 6,9	7 a 8,9	9 a 10	Total
Nordeste	Frequência	3	22	25	4	54
	Frequência Esperada	5,7	16,5	25,9	6,0	54
	% dentro da Região	5,6	40,7	46,3	7,4	100
Sudeste	Frequência	7	18	19	9	53
	Frequência Esperada	5,6	16,2	25,4	5,9	53
	% dentro da Região	13,2	34,0	35,8	17,0	100
Centro-Oeste	Frequência	2	8	19	2	31
	Frequência Esperada	3,3	9,5	14,8	3,4	31
	% dentro da Região	6,5	25,8	61,3	6,5	100
Sul	Frequência	7	8	22	5	42
	Frequência Esperada	4,4	12,8	20,1	4,6	42
	% dentro da Região	16,7	19,0	52,4	11,9	100
Norte	Frequência	1	2	6	1	10
	Frequência Esperada	1,1	3,1	4,8	1,1	10
	% dentro da Região	10	20	60	10	100
Total	Frequência	20	58	91	21	190
	Frequência Esperada	20	58	91	21	190
	% dentro da Região	10,5	30,5	47,9	11,1	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		14,322				
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,281				

A análise geral evidenciou que os professores avaliaram seu conhecimento sobre o CPC com uma nota entre 7 e 8,9, o que se convencionou de *bom conhecimento*. Resultado que também é observado na análise regional. O *p-value* do teste  $\chi^2$  de 0,281 (tabela 2) indica igualdade estatística no padrão de resposta entre as regiões (ressalva deve ser feita ao número de frequências inferiores a 5: 8 ou 40% do total). É importante frisar também o elevado percentual de docentes (41%) que atribuiu nota inferior a 7, considerado como regular (5 a 6,9) e insuficiente (abaixo de 4,9). Os elevados percentuais nessas duas classes também é observado nas regiões, com destaque para as regiões Sudeste (47,2%) e Nordeste (46,3%).

A análise por titulação evidencia que os graduados apresentam conhecimento insuficiente sobre o CPC (2 dos 4 professores atribuíram nota inferior a 5). A maioria dos especialistas (17 de 42 ou 40,5%), mestres (66 de 125 ou 52,8%) e doutores (7 de 19 ou 36,8%) se auto-avaliaram como tendo bom conhecimento (7 a 8,9). Mais uma vez o alto percentual de docentes que consideram seu conhecimento como insuficiente ou regular é destaque, principalmente entre doutores (7 de 19 ou 36,8%) e mestres (48 de 125 ou 38,4%). Considerando apenas dois grandes grupos para análise (*graduados/ especialistas e mestres/doutores*) para assegurar a robustez do teste estatístico empregado (*p-value* do teste  $\chi^2$  de *Pearson* de 0,539 – com apenas uma frequência inferior a 5) percebe-se que a titulação do docente não interferiu na nota por ele atribuída.

A análise por idade confirma os resultados gerais, exceto entre os professores com idade entre 40 e 50 anos. A maioria dos professores do estrato divergente (42,4% ou 25) revelou ter conhecimento regular sobre o CPC, isto é, entre 5 e 6,9. Todavia, as diferenças observadas não são grandes o suficiente para caracterizar estatisticamente diferença no padrão de respostas apresentado (*p-value* do teste  $\chi^2$  de *Pearson* de 0,396 com 25% das frequências inferiores a 5).

O padrão de resposta observado entre homens e mulheres; professores de instituição pública e privada; e com dedicação exclusiva ou não também foi igual (*p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,508; 0,491, 0,678, respectivamente). A maioria avaliou seu conhecimento com notas entre 7 e 8,9. Na análise por disciplina, se constatou divergência com os resultados gerais no padrão de resposta dos professores da área de Finanças: 50% avaliaram seu conhecimento sobre o CPC com notas entre 5 e 6,9. Todavia, a quantidade de respostas obtidas é insuficiente para atestar estatisticamente qualquer diferença na percepção dos professores das diversas áreas analisadas (50% das frequências esperadas foram inferiores a 5).

#### 4.2.2 Reconhecimento do CPC como Organismo responsável pela edição de Normas Contábeis

Para verificar se os docentes reconhecem o CPC como o órgão centralizador do processo de convergência e normatização contábil no Brasil foi solicitado que eles se pronunciassem sobre a seguinte sentença: *no momento atual há uma grande discussão sobre o processo de convergência internacional no Brasil, impulsionado pela Lei 11.638/07, que reconheceu o CPC como organismo de classe responsável pela edição de padrões contábeis convergentes ao IASB* (Afirmativa 1 –A1). Os resultados são apresentados na tabela 3.

Dos 190 docentes que participaram do estudo, 21 (11,1%) afirmaram não se sentir apto a opinar sobre a assertiva: 1 graduado, 4 especialistas, 14 mestres e 2 doutores. Dos 169 restantes, a grande maioria (78,7%) concorda com a afirmação. Essa realidade é unânime entre os docentes pesquisados nas cinco regiões do país (ver *p-value* do teste  $\chi^2$  na tabela 3).

Tabela 3: Sumário Estatístico da Afirmativa 1 – Análise Geral e por Região

Região		Afirmativa 1		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	36	13	49
	Frequência Esperada	38,6	10,4	49
	% dentro da Região	73,5	26,5	100
Sudeste	Frequência	40	10	50
	Frequência Esperada	39,3	10,7	50
	% dentro da Região	80	20	100
Centro-Oeste	Frequência	18	9	27
	Frequência Esperada	21,2	5,8	27
	% dentro da Região	66,7	33,3	100
Sul	Frequência	31	4	35
	Frequência Esperada	27,5	7,5	35
	% dentro da Região	88,6	11,4	100
Norte	Frequência	8	0	8
	Frequência Esperada	6,3	1,7	8
	% dentro da Região	100	0	100
Total	Frequência	133	36	169
	Frequência Esperada	133	36	169
	% dentro da Região	78,7	21,3	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		7,382		
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,117		

Os mesmos resultados foram observados quando as respostas foram agrupadas por *Titulação, Idade, Gênero, Instituição, Disciplina e Outra Profissão*. Em outras palavras, a maioria dos graduados (66,7%), especialistas (78,9%), mestres (80,2%) e doutores (70,6%), jovens ou mais experientes; sejam eles homens (77,8%) ou mulheres (81,4%); de instituição pública (72,3%) ou privada (82,7%); das diversas áreas analisadas; e com dedicação exclusiva (75%) ou não (81,7%) reconhece o CPC como organismo responsável pela emissão de normas contábeis convergentes com os padrões internacionais. Os *p-values* do Teste  $\chi^2$  para cada variável categórica são, respectivamente, 0,784; 0,438; 0,617; 0,109; 0,483; e 0,288. Ou seja, não foram encontradas diferenças estatísticas nos estratos analisados.

#### 4.2.3 CPC e Qualidade da Informação Contábil

Outro argumento em favor da convergência as normas internacionais de contabilidade é que isso melhorará a qualidade da informação contábil evidenciada. Visando averiguar a opinião dos docentes quanto a esse possível benefício, a seguinte sentença foi apresentada: *a*

atuação do CPC contribui para melhorar a qualidade da informação contábil através da convergência aos padrões do IASB (Afirmativa 2 – A2). 13 docentes não se sentiram aptos para comentar a sentença: 5 especialistas, 7 mestres e 1 doutor.

A grande parte dos professores pesquisados (87,6%) concorda que o CPC, através da promoção da convergência das normas brasileiras aos IFRS contribui para a melhoria da qualidade da informação contábil. Essa é a percepção dos professores, independente de sua região, uma vez que o padrão de resposta é estatisticamente igual (ver tabela 4).

Não foram encontradas diferenças estatísticas nos padrões de respostas nas análises por *Titulação* (*p-value*: 0,625), *Idade* (*p-value*: 0,174), *Gênero* (*p-value*: 0,239), *Instituição* (*p-value*: 0,626), *Disciplina* (*p-value*: 0,733) e *Outra Profissão* (*p-value*: 0,0,629). A maioria dos docentes - independente de ser graduado (100%), especialista (83,8%), mestre (88,1%) e doutor (88,9%); da disciplina que lecionam; seja jovem ou mais experiente; homens (85,7%) ou mulheres (92,2%); de instituição pública (86,1%) ou privada (88,6%); e tendo (88,7%) ou não (86,3%) outra profissão – concorda que o CPC contribui para a melhoria da qualidade da informação contábil apresentada.

Tabela 4: Sumário Estatístico da Afirmativa 2 – Análise Geral e por Região

Região		Afirmativa 2		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	49	4	53
	Frequência Esperada	46,4	6,6	53
	% dentro da Região	92,5	7,5	100
Sudeste	Frequência	42	7	49
	Frequência Esperada	42,9	6,1	49
	% dentro da Região	85,7	14,3	100
Centro-Oeste	Frequência	24	3	27
	Frequência Esperada	23,6	3,4	27
	% dentro da Região	88,9	11,1	100
Sul	Frequência	31	8	39
	Frequência Esperada	34,2	4,8	39
	% dentro da Região	79,5	20,5	100
Norte	Frequência	9	0	9
	Frequência Esperada	7,9	1,1	9
	% dentro da Região	100	0	100
Total	Frequência	155	22	177
	Frequência Esperada	155	22	177
	% dentro da Região	87,6	12,4	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		4,978		
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,290		

#### 4.2.4 Rapidez na Publicação dos Pronunciamentos: Processo de Discussão Prejudicado?

Outro ponto que merece atenção especial refere-se à rapidez com que os pronunciamentos do CPC são publicados. Até o presente momento, o CPC, criado em 2005 pela resolução nº 1.055 do CFC, elaborou aproximadamente 40 pronunciamentos técnicos. Em outras palavras, com 4 anos de existência, tem-se uma média de 10 pronunciamentos por ano. Será que a rapidez com que os pronunciamentos são publicados não estaria prejudicando o processo de discussão em torno de padrões convergentes aos do IASB?

A opinião dos docentes sobre a questão, apresentada como uma afirmação (Afirmativa 3 – A3) é apresentada na tabela 5. De todas as sentenças apresentadas na pesquisa, essa foi a que apresentou o maior índice de participantes que não se sentiram aptos para comentar (42 ou 22,1%, sendo 3 graduados, 9 especialistas, 27 mestres e 3 doutores), o que já sinaliza para a delicadeza do assunto.

Tabela 5: Sumário Estatístico da Afirmativa 3 – Análise Geral e por Região



Região		Afirmativa 3		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	16	26	42
	Frequência Esperada	20,1	21,9	42
	% dentro da Região	38,1	61,9	100
Sudeste	Frequência	28	14	42
	Frequência Esperada	20,1	21,9	42
	% dentro da Região	66,7	33,3	100
Centro-Oeste	Frequência	10	14	24
	Frequência Esperada	11,5	12,5	24
	% dentro da Região	41,7	58,3	100
Sul	Frequência	15	17	32
	Frequência Esperada	15,4	16,6	32
	% dentro da Região	46,9	53,1	100
Norte	Frequência	2	6	8
	Frequência Esperada	3,8	4,2	8
	% dentro da Região	25	75	100
Total	Frequência	71	77	148
	Frequência Esperada	71	77	148
	% dentro da Região	48,0	52,0	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		9,612		
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,047		

Dentre os 148 docentes que opinaram, 77 (52%) não concordam que o processo de discussão para adoção dos IFRS está sendo prejudicado pela rapidez com que os pronunciamentos estão sendo publicados. Todavia, 71 professores (48%) acreditam no prejuízo das discussões. Os dados gerais evidenciam não haver um consenso sobre as opiniões. Isso se reflete na análise regional: enquanto nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Norte, a grande parte dos pesquisados não concorda com a afirmação, na região Sudeste a percepção dos professores é inversa. O padrão de resposta não é similar (*p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,047): as maiorias são mais significativas no Norte e Nordeste, do que no Sul e no Centro-Oeste (ver tabela 5).

Os conflitos de opinião continuam na análise por titulação. O único graduado que opinou não concorda com a sentença. Entre os especialistas (mestres), 54,5% ou 18 (51% ou 50) não concordam. O padrão de resposta dos doutores ilustra bem os resultados obtidos: 50% concordam e 50% não concordam. A análise considerando apenas os grupos *Graduados/Especialistas* e *Mestres/Doutores* evidencia não haver diferença estatística no padrão de resposta (*p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,608).

A ausência de consenso se repete nas análises estratificadas por idade. Entre os docentes com idade entre 20 e 30 anos e 41 e 50, a maior parte não concorda com a afirmativa 3 (77,3% ou 17 e 57,8% ou 26, respectivamente). Já entre os docentes da faixa etária 31 a 40 e *Acima de 51 anos*, o resultado se inverte: a maioria concorda com a sentença (61,7% ou 29 e 52,9% ou 18). A análise do *p-value* (0,018) comprova a existência de diferença estatística no padrão de resposta das faixas estudadas.

Entre os professores, 57 dos 113 (ou 50,4%) concordam com a A3, enquanto entre as professoras, a maioria (21 de 25 ou 60%) não concorda com a sentença. A aparente divergência no padrão de resposta não é confirmada pelo teste  $\chi^2$  (*p-value*: 0,280). Fato semelhante ocorre na análise estratificada por instituição. A maior parte dos professores de instituição pública (35 de 62 ou 56,5%) não concorda que a rapidez com que o CPC publica seus pronunciamentos afeta o processo de discussão sobre a convergência. Contudo, entre os docentes de instituição privada, 44 dos 86 (ou 51,2%) acreditam nesse malefício. Entretanto, o padrão de resposta não é estatisticamente diferente (*p-value*: 0,360).

Entre os professores que lecionam Auditoria e Perícia e Contabilidade Financeira, a maioria concorda com a afirmação 3, enquanto que a maioria dos docentes das demais áreas (Gerencial, Finanças, Teoria e Outras) não concorda – não existe evidencia de divergência no

padrão de respostas: *p-value*: 0,242, com 16,7% (2) das frequências esperadas inferiores a 5. Finalmente, mesmo a maioria dos professores com dedicação exclusiva (34 de 67 ou 50,7%) concordando com a afirmativa 3; e a maior parte dos professores que dividem a docência com outras atividades (44 de 81 ou 54,3%) não concordando, não existe evidência empírica que comprove divergência nesses padrões de respostas (*p-value*: 0,539).

#### 4.2.5 CPC: Adoção Integral dos IFRS e Contexto Brasileiro

Muito se tem questionado o processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos IFRS, alegando-se que o que se tem feito é apenas traduzir as normas contábeis internacionais, aplicando-as sem nenhuma adequação ao contexto brasileiro. Visando determinar a opinião dos docentes sobre o assunto foi apresentada a seguinte afirmação: *a idéia de convergência internacional aplicada pelo CPC é de adoção integral dos padrões do IASB, sem nenhuma adequação às características da contabilidade brasileira* (Afirmativa 4 – A4).

Vinte e seis respondentes (13,7%) afirmaram não se sentir aptos para comentar tal afirmação – 3 graduados, 6 especialistas, 15 mestres e 2 doutores. Os resultados da A4 podem ser visualizados na tabela 6.

Tabela 6: Sumário Estatístico da Afirmativa 4 – Análise Geral e por Região

Região		Afirmativa 4		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	19	30	49
	Frequência Esperada	17,9	31,1	49
	% dentro da Região	38,8	61,2	100
Sudeste	Frequência	19	27	46
	Frequência Esperada	16,8	29,2	46
	% dentro da Região	41,3	58,7	100
Centro-Oeste	Frequência	6	20	26
	Frequência Esperada	9,5	16,5	26
	% dentro da Região	23,1	76,9	100
Sul	Frequência	13	21	34
	Frequência Esperada	12,4	21,6	34
	% dentro da Região	38,2	61,8	100
Norte	Frequência	3	6	9
	Frequência Esperada	3,3	5,7	9
	% dentro da Região	33,3	66,7	100
Total	Frequência	60	104	164
	Frequência Esperada	60	104	164
	% dentro da Região	36,6	63,4	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		2,669		
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,615		

A maior parte dos 164 docentes que opinaram (63,4%) não concorda com a afirmação. O mesmo padrão de resposta é observado nas cinco regiões brasileiras (não se constatou diferença estatística, conforme tabela 10 – 1 frequência esperada inferior a 5). A não concordância é opinião da maioria dos graduados (100%), especialistas (61,1%), mestres (62,7%) e doutores (70,6%) – *p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,787, com 25% das frequências esperadas inferiores a 5; dos homens (60,8%) e mulheres (70,5%) – *p-value*: 0,257; e dos docentes com (65,8%) e sem (61,5%) dedicação exclusiva – *p-value*: 0,578.

A análise estratificada por idade evidenciou que aparentemente o padrão de resposta entre os professores mais experientes (acima de 51 anos) diverge das demais faixas etárias e da análise geral: a maioria desses profissionais (51,4%) concorda que o CPC simplesmente aplica os IFRS sem considerar o ambiente brasileiro. Todavia, as diferenças observadas nessa classe não são grandes o suficiente para afirmar estatisticamente que o padrão de resposta da classe diverge do geral (*p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,153)

Também se observou uma percepção diferenciada entre os docentes que ensinam nas áreas de Auditoria e Perícia e Finanças: a maioria desses docentes, 72,7% e 60%, respectivamente, concorda com a sentença apresentada. Porém, mais uma vez, para a quantidade de dados considerados, essas diferenças não são significativas a ponto de permitir inferir estatisticamente que diferem do padrão observado nas outras classes.

#### 4.2.6 Adequação do CPC a sua Função

A última afirmativa do Estudo I, de forma bastante objetiva, visa avaliar a percepção dos docentes quanto a eficiência do CPC em cumprir sua função de conduzir o processo de convergência. Para tanto, os participantes da pesquisa tiveram que opinar sobre a seguinte afirmação: *a atuação do CPC está de pleno acordo com sua função e estamos no caminho correto para a convergência internacional* (Afirmativa 5 – A5).

Dos 190 respondentes, 39 professores (20,5% do total) indicaram não se sentir aptos para opinar (1 graduado, 8 especialistas, 27 mestres e 3 doutores). Dos 151 docentes restantes, 74,2% concordam com a sentença apresentada (ver tabela 7).

Tabela 7: Sumário Estatístico da Afirmativa 5 – Análise Geral e por Região

Região		Afirmativa 5		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	33	12	45
	Frequência Esperada	33,4	11,6	45
	% dentro da Região	73,3	26,7	100
Sudeste	Frequência	33	13	46
	Frequência Esperada	34,1	11,9	46
	% dentro da Região	71,7	28,3	100
Centro-Oeste	Frequência	15	9	24
	Frequência Esperada	17,8	6,2	24
	% dentro da Região	62,5	37,5	100
Sul	Frequência	22	5	27
	Frequência Esperada	20,0	7,0	27
	% dentro da Região	81,5	18,5	100
Norte	Frequência	9	0	9
	Frequência Esperada	6,7	2,3	9
	% dentro da Região	100	0	100
Total	Frequência	112	39	151
	Frequência Esperada	112	39	151
	% dentro da Região	74,2	25,8	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		5,752		
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,218		

O padrão de resposta observado na análise por região confirma os resultados gerais. Em todas as regiões do país, a maioria dos professores reconhece a eficiência do CPC em atingir sua função (padrão de resposta similar, conforme *p-value* apresentado na tabela 11, com apenas uma frequência esperada inferior a 5).

As variáveis *Titulação, Idade, Gênero, Instituição, Disciplina* e *Outra Profissão* não afetaram os resultados gerais. Isto é, a maioria – graduados, especialistas, mestres e doutores, homens e mulheres, de instituições públicas e privadas, de todas as áreas analisadas, e com ou sem dedicação exclusiva – reconhece que o CPC está no caminho certo para a convergência internacional, sendo assim sua atuação condizente com a função para o qual foi criado. Os respectivos valores dos testes  $\chi^2$ , *p-values* e frequências esperadas inferiores a 5 são evidenciadas na tabela 8.

Tabela 8: Testes Estatísticos para Afirmativa 5 – Análise Geral

Variáveis	Teste $\chi^2$	p-value	Diferença Estatística	Frequências Esperadas inferiores a 5
Titulação	0,058	0,810	Inexistente	-
Idade	3,053	0,383	Inexistente	-
Gênero	0,155	0,694	Inexistente	-
Instituição	0,579	0,447	Inexistente	-
Disciplina	2,829	0,726	Inexistente	2 (16,7%)
Outra Profissão	0,341	0,559	Inexistente	-

#### 4.2.7 Avaliação do Processo de edição de Padrões Contábeis do CPC

Finalmente foi perguntado aos professores: *considerando uma escala de 0 (totalmente ineficiente) a 10 (totalmente eficiente), como você avalia o processo de edição de padrões contábeis pelo CPC?* (Questão 2 - Q2). Dos 190 participantes da pesquisa, 16 (8,4%) não se sentiram aptos para responder (1 graduado, 4 especialistas, 9 mestres e 2 doutores). A análise geral e detalhada por região é apresentada na tabela 9.

Tabela 9: Sumário Estatístico da Questão 2 – Análise Geral e por Região

Região		Questão 2				Total
		0 a 4,9	5 a 6,9	7 a 8,9	9 a 10	
Nordeste	Frequência	9	8	29	5	51
	Frequência Esperada	7,3	9,7	25,5	8,5	51
	% dentro da Região	17,6	15,7	56,9	9,8	100
Sudeste	Frequência	10	11	18	11	50
	Frequência Esperada	7,2	9,5	25,0	8,3	50
	% dentro da Região	20	22	36	22	100
Centro-Oeste	Frequência	3	2	17	4	26
	Frequência Esperada	3,7	4,9	13,0	4,3	26
	% dentro da Região	11,5	7,7	65,4	15,4	100
Sul	Frequência	2	11	19	7	39
	Frequência Esperada	5,6	7,4	19,5	6,5	39
	% dentro da Região	5,1	28,2	48,7	17,9	100
Norte	Frequência	1	1	4	2	8
	Frequência Esperada	1,1	1,5	4,0	1,3	8
	% dentro da Região	12,5	12,5	50	25	100
Total	Frequência	25	33	87	29	174
	Frequência Esperada	25	33	87	29	174
	% dentro da Região	14,4	19,0	50,0	16,7	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		14,549				
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,267				

A maioria dos docentes (50%) avaliou o processo de edição de padrões contábeis do CPC como bom (7 a 8,9), resultado que também é observado em cada região do país. Entretanto, um alto percentual, 14,4% e 19% avaliou como ruim (0 a 4,9) e regular (5 a 6,9), respectivamente, o que totaliza 33,4% de docentes que não estão satisfeitos com o processo. O descontentamento é mais acentuado no Sudeste (42%), Nordeste (33,3%) e Sul (33,3%). Apesar do teste estatístico indicar inexistência de diferença estatística na avaliação apresentada por região, a interpretação desses resultados requer prudência, à medida que a quantidade de dados foi insuficiente para uma medida mais robusta – 35% das frequências esperadas (ou 7) foram inferiores a 5.

Não foi encontrada diferença no padrão de resposta na análise por titulação. A maioria de graduados e especialistas (39%), mestres (54,3%) e doutores (47,1%) também avaliam como bom (7 a 8,9) o processo de edição de normas do CPC. Não se constatou diferença no padrão de resposta entre os professores graduados/especialistas e mestres/doutores (*p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,296).

A análise por faixa etária também indica que, independente da idade, de forma geral, os docentes avaliam como bom (7 a 8,9) o processo de edição de normas (não existe diferença estatística entre os estratos: *p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,464, (conforme tabela 12). Contudo, é válido destacar o alto percentual de docentes que não estão satisfeitos com a política empregada, principalmente entre os mais experientes: 42,30% (33,4%) dos respondentes com idade entre 41 e 50 anos (acima de 51 anos). Os mesmos resultados são percebidos entre homens e mulheres, professores de instituição pública e privada, e com e sem dedicação exclusiva ao ensino (ver tabela 10).

A análise por disciplina indicou que os resultados anteriores são observados na maioria das áreas investigadas. Todavia, um resultado divergente foi encontrado: dos 13 professores da área de Auditoria e Perícia, a maioria (46,2%) avaliou como ruim (0 a 4,9) o processo de edição de padrões contábeis do CPC. O *p-value* do teste  $\chi^2$ : 0,053 indica haver diferença estatística no padrão de resposta dos professores dessa área quando comparadas com as demais, mesmo diante da limitação do teste (45,8% das frequências esperadas são inferiores a 5).

Tabela 10: Testes Estatísticos para Questão 2 – Análise Geral – Gênero, Instituição e Outra Profissão

Estratos	Maioria (7 a 8,9)	% Insatisfeito (0 a 6,9)	Diferença Estatística	Frequências Esperadas inferiores a 5
20 a 30 anos	58,3%	16,7%	P-value: 0,464 <i>Inexistente</i>	3 ou 18,75%
31 a 40 anos	54,2%	32,2%		
41 a 50 anos	42,3%	42,3%		
Acima de 51	48,7%	33,4%		
Homens	50,40%	32,20%	P-value: 0,527	-
Mulheres	48,90%	36,20%	<i>Inexistente</i>	
IES Pública	55,90%	32,30%	P-value: 0,232	-
IES Privada	46,20%	34%	<i>Inexistente</i>	
Com DE	51,30%	34,20%	P-value: 0,602	-
Sem DE	49%	32,60%	<i>Inexistente</i>	

### 4.3 Estudo II: Análise da Percepção dos Docentes quanto a Importância do CPC para a Profissão Contábil

#### 4.3.1 CPC e Participação da Classe Contábil na Elaboração de Normas Contábeis

Foi solicitado aos participantes do estudo que opinassem sobre a seguinte afirmação: *o CPC permite uma maior participação da classe contábil na elaboração de padrões de contabilidade* (Afirmativa 6 – A6). 25 ou (13,2%) dos 190 respondentes afirmaram não se sentirem aptos para opinar sobre o assunto, sendo 7 especialistas, 16 mestres e 2 doutores. Dos 165 docentes que emitiram um parecer, 132 ou 80% (33 ou 20%) concordam (não concordam) com a afirmativa (ver tabela 11).

Tabela 11: Sumário Estatístico da Afirmativa 6 – Análise Geral e por Região

Região		A afirmativa 6		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	38	7	45
	Frequência Esperada	36	9	45
	% dentro da Região	84,4	15,6	100
Sudeste	Frequência	34	14	48
	Frequência Esperada	38,4	9,6	48
	% dentro da Região	70,8	29,2	100
Centro-Oeste	Frequência	21	6	27
	Frequência Esperada	21,6	5,4	27
	% dentro da Região	77,8	22,2	100
Sul	Frequência	31	6	37
	Frequência Esperada	29,6	7,4	37
	% dentro da Região	83,8	16,2	100
Norte	Frequência	8	0	8
	Frequência Esperada	6,4	1,6	8
	% dentro da Região	100	0	100
Total	Frequência	132	33	165
	Frequência Esperada	132	33	165
	% dentro da Região	80	20	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		5,491		
Nível de Significância de $\chi^2$ ( $p$ )		0,241		

O resultado geral é corroborado no contexto regional e o nível de significância do teste  $\chi^2$  de Pearson (tabela 15) confirma que o padrão de resposta no Nordeste (84,4% concordam), Sudeste (70,8%), Centro-Oeste (77,8%), Sul (83,8%) e Norte (100%) são estatisticamente iguais (uma frequência esperada inferior a 5).

O fato de ser graduado, especialista, mestre ou doutor ( $p$ : 0,724); mais jovem ou mais experiente ( $p$ : 0,209); do gênero masculino ou feminino ( $p$ : 0,218); de instituição pública ou privada ( $p$ : 0,580); de lecionar Contabilidade Financeira, Gerencial, Finanças, etc. ( $p$ : 0,799, com 4 de 12 frequências inferiores a 5); de ser dedicação exclusiva ou não ( $p$ : 0,530) não afetou a percepção dos respondentes sobre essa afirmativa. Em todos esses estratos, a maioria dos docentes concorda que o CPC permitirá maior participação dos contadores na elaboração das normas contábeis.

#### 4.3.2 CPC e Autoridade Substantiva

Ainda seguindo o mesmo raciocínio da questão anterior, também foi solicitado aos professores participantes da pesquisa que avaliassem se *o CPC irá fortalecer a classe contábil, atribuindo-lhe autoridade substantiva para a emissão de normas contábeis* (Afirmativa 7 – A7). Dos 190 docentes, 32 (16,8%) não se sentiram aptos para opinarem sobre a afirmativa (4 especialistas, 26 mestres e 2 doutores). A maior parte dos docentes acredita que o CPC irá fortalecer a classe contábil, dando-lhe autoridade substantiva para emissão de normas contábeis. Os resultados gerais são corroborados na análise regional, uma vez que não se encontrou diferença estatística entre esses estratos, de acordo com a tabela 12.

Tabela 12: Sumário Estatístico da Afirmativa 7 – Análise Geral e por Região

Região		Afirmativa 7		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	31	16	47
	Frequência Esperada	32,4	14,6	47
	% dentro da Região	66,0	34,0	100
Sudeste	Frequência	30	14	44
	Frequência Esperada	30,4	13,6	44
	% dentro da Região	68,2	31,8	100
Centro-Oeste	Frequência	15	12	27
	Frequência Esperada	18,6	8,4	27
	% dentro da Região	55,6	44,4	100
Sul	Frequência	27	6	33
	Frequência Esperada	22,8	10,2	33
	% dentro da Região	81,8	18,2	100
Norte	Frequência	6	1	7
	Frequência Esperada	4,8	2,2	7
	% dentro da Região	85,7	14,3	100
Total	Frequência	109	49	158
	Frequência Esperada	109	49	158
	% dentro da Região	69,0	31,0	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		5,947		
Nível de Significância de $\chi^2$ ( $p$ )		0,203		

O mesmo resultado foi observado entre graduados (100% concordam), especialistas (76,3%), mestres (64,6%) e doutores (70,6%). Não existe diferença estatística no padrão de resposta dos quatro grupos, uma vez que o  $p$ -value do teste  $\chi^2$  é igual a 0,303, com duas frequências esperadas inferiores a 5.

A análise por gênero evidenciou que professores e professoras compartilham da mesma opinião sobre o aspecto sob análise. 69%, tanto entre homens (80 de 116 respondentes) quanto mulheres (29 de 42) concordam com a afirmativa ( $p$ -value do teste  $\chi^2$ : 0,992). Ser de instituição pública ou privada também não impactou o resultado: a maior parte dos docentes de IES pública (61,9%) e privada (73,6%) concorda com a A7. Não existe diferença estatística no padrão de resposta ( $p$ -value do teste  $\chi^2$ : 0,117).

As análises evidenciaram que a maioria dos professores - 69%, tanto entre homens (80 de 116 respondentes) quanto mulheres (29 de 42); sejam de instituição pública (61,9%) ou privada (73,6%); independente das disciplinas que lecionam; ou sendo ou não DE concorda com a afirmativa. Em outras palavras, não se encontrou evidência estatística de diferença entre os estratos analisados:  $p$ -value do teste  $\chi^2$  para gênero: 0,992; instituição: 0,117; Disciplina: 0,772; e Outra Profissão: 0,321.

#### 4.3.3 CPC e os Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Um ponto importante a ser destacado no processo de convergência as normas internacionais de contabilidade refere-se exatamente a qualificação dos profissionais da área contábil. A adoção dos IFRS implica em conhecimento que os profissionais de contabilidade formados atualmente não possuem.

Uma contabilidade baseada em princípios e não em normas, na análise da essência econômica sobre a forma jurídica e da primazia da análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica implica em conhecimento de finanças, métodos quantitativos e outras áreas sabidamente deficitárias nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis.

Diante disso, foi pedido aos docentes que participaram da pesquisa que comentassem a seguinte afirmação: *o CPC não melhorará em nada a profissão contábil no Brasil se não forem melhorados e ampliados os cursos de graduação e pós-graduação* (Afirmativa 8 – A8).

Um graduado, cinco especialistas, doze mestres e dois doutores não se sentiram aptos a responder a esse questionamento, totalizando 20 docentes ou 10,5% da amostra investigada.

Tabela 13: Sumário Estatístico da Afirmativa 8 – Análise Geral e por Região

Região		Afirmativa 10		
		Concordo	Não Concordo	Total
Nordeste	Frequência	22	31	53
	Frequência Esperada	24,0	29,0	53
	% dentro da Região	41,5	58,5	100
Sudeste	Frequência	24	23	47
	Frequência Esperada	21,3	25,7	47
	% dentro da Região	51,1	48,9	100
Centro-Oeste	Frequência	13	16	29
	Frequência Esperada	13,1	15,9	29
	% dentro da Região	44,8	55,2	100
Sul	Frequência	15	17	32
	Frequência Esperada	14,5	17,5	32
	% dentro da Região	46,9	53,1	100
Norte	Frequência	3	6	9
	Frequência Esperada	4,1	4,9	9
	% dentro da Região	33,3	66,7	100
Total	Frequência	77	93	170
	Frequência Esperada	77	93	170
	% dentro da Região	45,3	54,7	100
Qui-Quadrado ( $\chi^2$ )		1,492		
Nível de Significância de $\chi^2$ (p)		0,828		

Conforme tabela 13, 54,7% dos 170 que opinaram não concordam com a afirmação, contra 45,3% que acreditam que se os cursos de graduação e pós-graduação em Contábeis não forem melhorados e ampliados, o CPC não melhorará em nada a profissão contábil. Na análise regional, esse resultado só não é observado na região Sudeste, onde a maioria (51,1%) concorda com a assertiva. Porém, o *p-value* do  $\chi^2$  indica não existência de diferença estatística no padrão de resposta das regiões (20% das frequências esperadas inferiores a 5).

A maioria dos professores graduados (100%), especialistas (51,4%), mestres (53,1%) e doutores (64,7%) que se manifestou não concorda com a afirmativa, principalmente entre os primeiros e últimos. O padrão de resposta obtido é similar (*p-value*: 0,327, com 25% das frequências esperadas inferiores a 5).

A análise estratificada por idade evidenciou que a maioria dos professores acima de 51 anos (52,9% ou 18) concorda com a afirmação sob análise, o que vai de encontro com os resultados apresentados para os demais estratos: a maior parte dos professores com idade entre 20 e 30 (64,3% ou 18); entre 31 e 40 (51,9% ou 28); e entre 41 e 50 (57,4% ou 31) não concorda com a afirmativa. Mesmo essa classe apresentando opinião divergente, a diferença não é estatisticamente significativa a ponto de inferir que esse padrão de resposta é diferente dos demais (teste  $\chi^2$ : 2,176 e seu *p-value*: 0,537).

Não foram encontradas diferenças estatísticas nas análises estratificadas por *Gênero*, *Instituição* e *Outra Profissão*. A maioria dos docentes, tanto homens (55,4%) quanto mulheres (53,1%), professores de instituição pública (53,4% e privada (55,7%), e com dedicação exclusiva (51,3%) ou com outra profissão (57,6%), não concorda com a assertiva 8 (os *p-values* para essas variáveis são 0,784; 0,771; e 0,409, respectivamente).

O padrão de resposta dos professores que lecionam as cadeiras de Auditoria e Perícia, Finanças e Teoria diverge dos resultados gerais: a maioria desses docentes concorda com a A8 (66,7%, 63,6% e 52,4%, respectivamente). Contudo, essa diferença não é grande o suficiente para que se possa afirmar estatisticamente que a percepção desses professores é diferente dos demais (*p-value*: 0,179).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados evidenciou que no que diz respeito à função do CPC e sua atuação (Estudo I), grande parte dos docentes pesquisados reconhece o órgão de classe como a entidade responsável pela convergência no país, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da informação contábil. A maioria dos pesquisados avaliou como bom o processo de edição de padrões do CPC, o que significa que ele está fazendo um bom trabalho rumo a convergência. Os docentes não concordam que o Comitê simplesmente traduz as normas internacionais, sem se preocupar com as peculiaridades do contexto brasileiro. Todavia, não existe consenso entre os professores em relação ao fato de que a velocidade com que as normas são publicadas pode estar prejudicando as discussões sobre a convergência.

Finalmente, quanto a importância do CPC para a profissão contábil (Estudo II), a maior parte dos profissionais investigados concorda que o órgão permite maior participação da classe contábil na elaboração de padrões de contabilidade, o que irá fortalecer a classe contábil, atribuindo-lhe autoridade substantiva. Para os docentes, o Comitê já contribui para a melhoria da profissão contábil, independente da quantidade e qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

CFC, Conselho Federal de Contabilidade, Resolução 1.055 de 7 de outubro de 2005.

FIELD, Andy. **Discovering Statistics using SPSS for Windows**. London: Sage, 2000.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN Jr., N. John. **Estática Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento**. Trad. Sara Ianda Correa Carmona. Porto Alegre: Artmed, 2006.